

CARTA À SOCIEDADE BRASILEIRA PORQUE DEFLAGRAMOS A GREVE

Um dos princípios básicos do Andes-Sindicato Nacional é a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, e esse princípio está cada vez mais difícil de sustentar por causa, justamente, do corte orçamentário do governo. O discurso sobre a “Pátria Educadora” já mostrou sua verdadeira face na medida em que reduz, drasticamente, os recursos para a educação, privilegiando investimentos de estímulos ao ensino privado. Chegou, portanto, a hora de reagir.

A deflagração da greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino (IFE), no dia 28 de maio de 2015, consiste em uma resposta política à indignação que tomou conta da categoria, depois de várias tentativas infrutíferas de negociação com o governo. É importante ressaltar que a última negociação ocorreu em 23 de abril de 2014, na qual foi assinado um acordo entre a Secretaria de Educação Superior (SESu)/ Ministério da Educação (MEC) e ANDES-Sindicato Nacional, em que o governo reconheceu a desestruturação da carreira dos docentes federais e apontou para a continuidade da sua discussão conceitual.

Somente em 6 de maio de 2015 o ANDES-SN foi recebido no MPOG, sem respostas concretas à pauta. Em reunião realizada com a SESu/MEC no dia 22 de maio de 2015, o Ministro da Educação em exercício Luiz Cláudio Costa afirmou que não reconhece o acordo assinado em 2014 e que o governo não tem nenhuma proposta efetiva para apresentar à pauta dos docentes federais, já protocolada desde março de 2014.

Juntamente com a dificuldade de negociação com se tores oficiais, a conjuntura se mostra ainda mais prejudicial aos servidores da

educação, quando se avalia os cortes determinados pelo governo federal em 2015 no orçamento geral e, mais agressivamente, no MEC. A insuficiência de recursos têm trazido enormes prejuízos para o desenvolvimento das atividades nas IFE, aprofundando a precarização das condições de trabalho, que se evidencia na falta de professores(as) e servidores técnico-administrativos, no pagamento dos trabalhadores terceirizados, na interrupção e adiamento de obras e corte de materiais e equipamentos para as atividades docentes..

Sendo assim, além da defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, constam como pontos principais da pauta da categoria a garantia de autonomia das Instituições Federais de Ensino (IFE), a reestruturação da carreira e a valorização salarial de ativos e aposentados. Sem condições para oferecer um serviço de qualidade à população, docentes de todo o país recorreram à greve para reivindicar direitos básicos, retirados sem qualquer preocupação pelo Governo Federal.

Por tudo isso, conclamamos a todas e todos a se somarem à nossa luta. Essa batalha não é só dos(as) professores (as), mas daqueles (as) que desejam um país digno e uma educação pública, gratuita e de qualidade.